


**DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL EM FOCO: COMO A GEOGRAFIA PODE CONTRIBUIR  
PARA O DEBATE NA SALA DE AULA**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.046-014>

**Paulo Sérgio da Silva Rodrigues**

Mestrando - PPGCAM

Universidade Federal do Estado de Mato Grosso – UFMT

E-mail: paulosergiosr1@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9278080636663932>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4750-8778>

**Bruno Henrique Wauczinski**

Graduando em Agronomia

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

E-mail: bruno.wauczinski@sou.ufmt.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1699078466536673>

**Cristiano Luiz Massignani**

Graduando em Agronomia

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

E-mail: Cristiano.massignani@sou.ufmt.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5475242039851559>

**José Antônio Rodrigues Nogueira**

Graduando em Agronomia

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

E-mail: jose.nogueira1@sou.ufmt.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0409703355170820>

**Maiko Vieira do Nascimento**

Graduando em Geografia

Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

E-mail: maikon.hale@gmail.com

**Maurício Pellizzari Toniolli**

Graduando em Geografia

Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

E-mail: mauriciopellizzarioniolli@gmail.com

**RESUMO**

O fenômeno da desigualdade socioespacial é um desafio complexo que se manifesta na distribuição não equitativa de recursos e oportunidades dentro do espaço geográfico, resultando em segregação e vulnerabilidade. O texto argumenta que é urgente e essencial levar essa temática para o centro do debate educacional, sendo a Geografia a disciplina mais apta a liderar essa discussão. A Geografia Crítica fornece

as ferramentas conceituais — como segregação socioespacial, território, paisagem e lugar — para que os estudantes compreendam a origem e a dinâmica das disparidades, desmistificando a distribuição de pobreza e riqueza como um processo estruturado e não aleatório. O estudo transcende a mera descrição, exigindo uma análise multiescalar que conecta o global ao local, e utiliza a paisagem como um "documento geográfico vivo" para revelar os contrastes morfológicos e de infraestrutura (como a justaposição de bairros nobres e favelas). A incorporação dessa temática, com apoio do diálogo interdisciplinar e de métodos ativos como as Geotecnologias, visa formar um cidadão crítico e propositivo capaz de questionar as estruturas de poder e atuar como agente de transformação na construção de um espaço e de uma sociedade mais justa e equitativa.

**Palavras-chave:** Desigualdade Socioespacial; Geografia Crítica; Segregação; Educação Geográfica.

## 1 INTRODUÇÃO

O fenômeno da desigualdade socioespacial representa um dos mais urgentes e complexos desafios da sociedade contemporânea por se manifesta na distribuição não equitativa de recursos, serviços e oportunidades dentro de um determinado espaço geográfico, resultando em paisagens de grande contraste e na perpetuação de ciclos de exclusão e vulnerabilidade de forma a analisar criticamente a importância de trazer essa temática para o centro do debate educacional.

Nessa narrativa, autores como Villaça destacam que "A segregação socioespacial é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairro da metrópole" (Villaça, 2001, p. 142).

A sala de aula é, por excelência, um dos principais *locus* de formação cívica e crítica, onde os estudantes desenvolvem as ferramentas necessárias para interpretar e transformar a realidade em que estão inseridos tornando fundamental que o currículo escolar aborde questões que reflitam as tensões sociais e econômicas do mundo real, e a desigualdade socioespacial é um espelho potente dessas tensões.

Neste contexto, a Geografia emerge como a disciplina mais intrinsecamente apta a conduzir esse debate em que seu objeto de estudo – o espaço geográfico – é o palco em que as relações sociais, econômicas e políticas se materializam, tornando-a essencial para decifrar a gênese e a dinâmica das disparidades observadas assim como aponta Santos em que "O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares." (Santos, 1978, p. 122).

Um dos pilares conceituais que a Geografia oferece é o de segregação socioespacial, que explica como grupos sociais são separados no espaço urbano ou rural com base em sua capacidade econômica e que a compreensão desse conceito é vital para desmistificar a distribuição aleatória de pobreza e riqueza,

revelando-a como um processo estruturado e muitas vezes planejado conforme também apontado por Santos que considera que “É por meio da segregação que a classe dominante controla o espaço urbano sujeitando-o aos seus interesses.” (Santos, 1994, p. 74)

Outro ponto se aplica ao conceito de território e territorialidade, permitindo que os estudantes entendam a desigualdade não apenas como uma falta de acesso a recursos, mas também como uma disputa por poder e controle sobre o espaço e que onde há desigualdade, há também a negação de direitos territoriais e a marginalização de certos grupos na tomada de decisões que afetam seu local de moradia conforme considera Souza em que "O território, nessa perspectiva, é, pois, o espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder." (Souza, 1995, p. 96).

A contribuição da Geografia para o debate em sala de aula é, portanto, metodológica e conceitual pois ela fornece as categorias de análise (lugar, paisagem, região, território, espaço) que tornam visíveis as relações de poder que moldam o chão que pisamos, transformando o invisível em palpável para o olhar crítico do estudante assim como aponta Carlos (1996, p.27) "A Geografia, ao tratar do espaço, lida com as formas e os conteúdos que o constituem, os quais são forjados nas relações sociais; logo, está lidando com o conjunto da sociedade, com a produção de sua existência e com o poder que a organiza e a transforma."

O debate em torno da desigualdade socioespacial, conduzido pela Geografia, deve necessariamente envolver a questão urbana, que é onde as disparidades se tornam mais gritantes. O acesso desigual a saneamento básico, transporte público de qualidade, infraestrutura de lazer e serviços de saúde é a prova material do quão desequilibrado é o nosso desenvolvimento.

Portanto, Santos (2004, p. 76) argumenta que "O espaço, que a todos nós parece como algo ‘natural’, ‘dado’, é, na verdade, uma construção social, fruto do trabalho e da história, e reflete as contradições e desigualdades da sociedade que o produz."

Mais do que apenas uma discussão, o ensino dessa temática deve culminar na promoção de uma consciência crítica e propositiva onde a Geografia não apenas diagnostica problemas espaciais, mas também aponta caminhos para o planejamento territorial mais equitativo e para a construção de cidades mais justas e inclusivas.

Em suma, o presente trabalho se aprofundará nas estratégias didáticas específicas que podem ser empregadas para que o ensino da Geografia cumpra seu papel de catalisador desse debate vital, transformando a sala de aula em um laboratório de cidadania apto a formar indivíduos conscientes e engajados com a redução das disparidades em seu entorno e no mundo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A NATUREZA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO COMO PALCO DA DESIGUALDADE

O espaço geográfico não é um mero pano de fundo neutro, mas sim uma construção social, histórica e política fundamental que reflete e, simultaneamente, amplifica as desigualdades existentes na sociedade onde sua natureza é dinâmica, produto da incessante interação entre a sociedade e a natureza, sendo permanentemente moldado pelas ações humanas, em especial, as econômicas e de poder que abrange tanto os elementos físicos — relevo, clima, hidrografia — quanto os sociais — cidades, redes de transporte, fronteiras —, todos imbricados e sujeitos a lógicas que promovem a apropriação diferenciada e, muitas vezes, injusta de seus recursos e oportunidades.

Portanto, Santos (1996) considera então que:

O espaço não é apenas um palco onde as ações se desenrolam, mas ele próprio participa dessas ações, constituindo com elas um círculo vicioso ou virtuoso. Em outras palavras, o espaço não é neutro, nem inocente. Ele é carregado de valores, de interesses e de poder, e sua organização é o resultado da luta entre os homens e entre as classes. [...] A história se dá no espaço, mas o espaço não é mero palco da história; ele é uma dimensão da história. É por isso que podemos falar em uma espacialização da sociedade e de uma socialização do espaço. O que a sociedade produz é um conjunto indissociável, contraditório, onde as formas herdadas do passado são usadas e transformadas pelas ações sociais presentes. É o que chamamos de espaço geográfico, a totalidade indissociável dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações, que contém em sua própria constituição as marcas da desigualdade e da luta. (Santos, 1996, p. 77-78).

Essa apropriação desigual manifesta-se claramente na organização territorial, onde recursos, infraestrutura e serviços não são distribuídos de maneira equitativa. As áreas centrais e mais valorizadas das cidades, por exemplo, concentram investimentos e acesso a bens públicos de qualidade, enquanto as periferias e regiões rurais muitas vezes carecem do básico, como saneamento, saúde e educação.

Nesse sentido, a lógica do capital desempenha um papel central na produção da desigualdade espacial. O espaço é transformado em mercadoria, onde o valor da terra e dos imóveis é determinado pela sua localização e potencial de lucro, e não pela necessidade social e que isso leva à segregação socioespacial, onde grupos de alta renda ocupam os melhores locais, enquanto os mais pobres são empurrados para áreas de risco ambiental, afastadas dos empregos e dos serviços, um fenômeno visível em quase todas as grandes metrópoles assim como considera Harvey diagnosticando que "A diferenciação residencial deve ser interpretada em termos de reprodução das relações sociais dentro da sociedade capitalista" (Harvey, 2014, p. 70).

No âmbito global, a desigualdade espacial se expressa na divisão internacional do trabalho e nas relações de poder entre os países em que a concentração de riqueza, tecnologia e centros de decisão no chamado Norte Global contrasta com a dependência econômica e a exploração de recursos naturais e mão de obra em muitas nações do Sul Global. Essa estrutura global é o resultado de um longo processo histórico,

marcado pelo colonialismo e pelo neocolonialismo, que estabeleceu hierarquias espaciais duradouras e difíceis de reverter.

Portanto, Milton Santos considera que "A divisão internacional do trabalho expressa, espacialmente, a dependência e a subordinação de alguns países em relação a outros, o que se manifesta na concentração do capital e da técnica em poucos lugares." (Santos, 2004, p. 57).

Segundo Harvey (2005, p. 159) também, "O processo de acumulação por espoliação, que sustentou o desenvolvimento capitalista desde os seus primórdios coloniais, continua a desempenhar um papel crucial na estruturação das desigualdades geográficas contemporâneas."

Outro fator se pontua na mobilidade e o fluxo de pessoas, mercadorias e informações que também são desiguais e essenciais para entender a dinâmica espacial pois enquanto capitais e elites circulam livremente pelo espaço globalizado, a migração de populações pobres é frequentemente controlada, criminalizada e barrada por fronteiras cada vez mais militarizadas assim como o acesso à rede mundial de comunicação (internet) que é outro marcador de desigualdade, criando "lugares conectados" e "lugares desconectados", aprofundando a exclusão digital e econômica.

Sendo assim, Milton Santos (1996) retratando essa segregação relata que:

As rugosidades criam as desigualdades. Estas se manifestam, por um lado, na seletividade dos fluxos (de dinheiro, de mercadorias, de informação, de ordens e também de pessoas) e, por outro lado, na própria capacidade ou incapacidade de cada lugar para receber esses fluxos, de acordo com a base técnica e as disponibilidades herdadas. O resultado é a diferenciação dos espaços, com alguns lugares mais conectados e outros menos, estabelecendo uma hierarquia de utilidades e de exclusões. (Santos, 1996, p. 195)

Neste contexto, destaca-se também que a questão ambiental está intrinsecamente ligada à desigualdade espacial considerando que as populações mais vulneráveis são as que mais sofrem com a justiça ambiental, sendo desproporcionalmente afetadas pela poluição, pela degradação de recursos naturais e pelos impactos das mudanças climáticas. Favelas localizadas em encostas ou áreas de várzea, comunidades ribeirinhas e grupos indígenas, por exemplo, estão em maior risco de desastres naturais e de doenças veiculadas pela falta de saneamento, evidenciando uma "geografia da vulnerabilidade".

Portanto, autores como Santos, Ribeiro e Cunha (2017), relatam que o foco na "geografia da vulnerabilidade" e nos riscos de desastres está amplamente fundamentado na literatura, uma vez que "a exposição a riscos e vulnerabilidades é determinada pela inserção de determinados grupos sociais em espaços geográficos vulneráveis, desprovidos de infraestrutura e serviços públicos, e carentes de instrumentos de proteção social"

A resistência e a luta social emergem, nesse contexto, como fatores de transformação do espaço e que movimentos sociais por moradia, por terra, por melhorias nos transportes e por direitos ambientais

contestam a ordem espacial estabelecida onde ao ocuparem e reivindicarem áreas estratégicas, esses movimentos buscam reapropriar o espaço e democratizar seu uso, forçando o poder público e o mercado a considerarem o interesse social em detrimento da mera acumulação de capital assim como como delata Gohn (1997):

Os movimentos sociais urbanos constituem a própria sociedade em movimento, no mundo, no e a partir dos seus territórios de existência, como uma totalidade social complexa que se move permanentemente em alguma direção. [...] Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. (Gohn, 1997, p. 251-252)

Dessa forma, a compreensão do espaço geográfico como palco da desigualdade exige uma análise que vá além da descrição das disparidades, focando nas estruturas de poder que as produzem e que a geografia crítica, ao desvendar essas relações, oferece as ferramentas conceituais para identificar os mecanismos de exclusão e para propor alternativas que visem um território mais justo, equitativo e inclusivo, onde o acesso à cidade e aos recursos seja um direito universal, e não um privilégio.

Em suma, a natureza do espaço geográfico é inseparável de sua dimensão política e social e que reconhecer que o espaço é construído e que essa construção é intrinsecamente desigual é o primeiro passo para o engajamento cívico e a ação transformadora. A luta contra a desigualdade é, fundamentalmente, uma luta pelo direito à cidade e ao território, uma batalha para que o palco da vida social se torne um espaço de oportunidades e justiça para todos os seus habitantes.

## 2.2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

A segregação socioespacial é um fenômeno urbano complexo que se manifesta na distribuição desigual de diferentes grupos sociais no espaço da cidade. Sua compreensão exige uma análise de fundamentos teóricos que remontam, principalmente, à sociologia urbana e à geografia urbana.

Em essência, a segregação não é meramente uma dispersão aleatória, mas sim o resultado de processos econômicos, políticos e sociais que estruturam o espaço urbano de forma hierárquica e excludente onde o estudo desses fundamentos é crucial para desvendar as causas profundas e as consequências persistentes dessa desigualdade para que se entenda o que Villaça argumenta em que "É por meio da segregação que a classe dominante controla o espaço urbano, sujeitando-o aos seus interesses." (Villaça, 1998, p. 359).

O primeiro pilar teórico para a compreensão da segregação advém da Escola de Chicago, no início do século XX, com destaque para o modelo concêntrico de Ernest Burgess (1925) que embora criticada por sua rigidez, essa abordagem via a cidade como um organismo em constante competição, onde grupos sociais

e usos do solo migravam para zonas específicas trabalhando o conceito de "sucessão" e "invasão" onde sugeria que a competição pela terra e o valor do solo levavam naturalmente à formação de bairros homogêneos, com as populações mais pobres e recém-chegadas sendo "empurradas" para as áreas centrais degradadas ou para as periferias desprovidas de infraestrutura.

Um segundo conjunto de teorias, mais focado na análise econômica, enfatiza a lógica capitalista na produção do espaço onde autores como David Harvey (2005) argumentam que “a segregação é um subproduto inevitável da busca incessante pelo lucro e da acumulação de capital no setor imobiliário. A terra urbana é tratada como uma mercadoria, e a alocação de investimentos em infraestrutura e serviços (escolas, hospitais, transporte) é guiada por onde o retorno financeiro é maior. Isso gera uma valorização diferenciada do solo, criando barreiras econômicas que impedem o acesso dos grupos de baixa renda às áreas mais bem equipadas da cidade.”

Ainda nessa narrativa, Harvey (2005) considera também que:

Os produtores do ambiente construído, tanto os do passado como os atuais, oferecem ao trabalhador um conjunto limitado de escolhas de condições de vida. Se ele tem limitados recursos para exercer uma demanda efetiva, então ele tem que se virar com aquilo que consegue: exíguas habitações sem infraestrutura. (Harvey, 2005, p. 77)

Portanto, a partir da virada marxista na geografia e sociologia urbana, o foco se desloca para o papel do Estado e das relações de poder onde Manuel Castells (1983), por exemplo, ressalta a importância do "consumo coletivo" (serviços urbanos) e das lutas sociais pela sua apropriação e que a segregação é vista não apenas como um resultado do mercado, mas também como uma ferramenta de controle social e de reprodução das desigualdades, onde políticas públicas de habitação, zoneamento e transporte podem reforçar, intencionalmente ou não, a exclusão espacial de grupos marginalizados.

A segregação também é analisada sob a ótica das relações identitárias e da discriminação social e que nesse sentido, o papel da raça, da etnia e da classe social transcende a mera localização física tornando a segregação, nesse ponto de vista, como sustentada por práticas discriminatórias no mercado de trabalho e de moradia e por preconceitos que levam a uma autosegregação ou evitação de certos grupos, consolidando espaços onde a identidade e a pobreza se tornam sinônimos assim como aponta França (2022):

A segregação residencial por raça e classe é um fenômeno estrutural e persistente nas metrópoles brasileiras, onde as desigualdades socioeconômicas e raciais se imbricam, resultando na concentração da população negra e pobre em áreas periféricas e com menor acesso a infraestrutura e serviços urbanos. Essa espacialização das desigualdades não é apenas um reflexo, mas um mecanismo de reprodução das hierarquias sociais, fazendo com que a identidade racial e a pobreza se tornem marcadores territoriais (França, 2022, p. 198).

Em resumo, os fundamentos teóricos da segregação socioespacial são multifacetados, exigindo uma abordagem que integre a competição ecológica, a lógica do capital, as relações de poder estatais e as dinâmicas de discriminação social, ou seja, a segregação é, portanto, o espelho da estrutura social e de suas contradições, e sua persistência demonstra a falha do modelo de desenvolvimento urbano em garantir o direito à cidade e a distribuição equitativa de oportunidades para todos os seus habitantes.

### 2.3 O PAPEL DA PAISAGEM NA REVELAÇÃO DOS CONTRASTES SOCIAIS

A paisagem não é um mero cenário passivo e sim um palimpsesto onde se inscreve a história das relações humanas e, fundamentalmente, os profundos contrastes sociais. Em sua concepção mais ampla, a paisagem é o resultado da interação contínua entre a natureza e a ação humana, refletindo as escolhas, as prioridades e, crucialmente, as desigualdades de uma sociedade e que ao analisarmos a distribuição de recursos, a qualidade da infraestrutura e o uso do solo, a paisagem urbana ou rural se torna um espelho inequívoco das disparidades de poder e riqueza se adaptando ao apontamento de Milton Santos em que "O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares." (Santos, 1978, p. 122).

O contraste morfológico é talvez a manifestação mais evidente dessa revelação em que a justaposição de condomínios de alto padrão, caracterizados por segurança robusta, áreas verdes bem cuidadas e arquitetura imponente, ao lado de favelas ou bairros periféricos, com habitações precárias e adensamento desordenado, expõe de imediato a segregação espacial considerando que essas "fronteiras" visíveis — muros, rios ou grandes avenidas — não são acidentais mas sim o resultado de políticas habitacionais e de planejamento urbano que historicamente privilegiam determinados grupos em detrimento de outros, materializando a desigualdade no espaço construído.

Além da morfologia, a infraestrutura presente na paisagem é um forte indicador de disparidade quando visto que bairros abastados desfrutam de ruas pavimentadas, iluminação pública eficiente, redes de saneamento básico completas e acesso facilitado a transportes de qualidade onde em contrapartida, áreas de baixa renda frequentemente carecem de serviços essenciais, apresentando esgoto a céu aberto, transporte público insuficiente e falta de espaços de lazer adequados contribuindo para o fato de que a ausência ou precariedade desses elementos na paisagem não é apenas uma questão de conforto, mas um fator que perpetua o ciclo de pobreza e exclusão social.

Portanto, considerando essa narrativa, Bittencourt ressalta que "As desigualdades socioespaciais se manifestam na repartição diferencial de recursos em obras públicas que, ao invés de contribuir efetivamente para a justiça social, reforçam a distribuição desigual dos benefícios e ônus da urbanização." (Bittencourt, 2021, p. 1).

A paisagem rural também revela esses contrastes, frequentemente ligados à estrutura fundiária onde grandes extensões de latifúndios, dedicadas à monocultura ou à pecuária extensiva com alta tecnologia, coexistem com pequenas propriedades de agricultura familiar ou assentamentos precários e que a disputa pelo acesso à terra é materializada. A paisagem do latifúndio, muitas vezes homogênea e mecanizada, contrasta com a diversidade e a fragilidade das paisagens camponesas, evidenciando a concentração de riqueza e a marginalização dos trabalhadores rurais.

O simbolismo da paisagem é outro aspecto crucial pois certos edifícios, monumentos ou áreas públicas são intencionalmente projetados para celebrar o poder, a riqueza ou uma identidade hegemônica assim como centros financeiros brilhantes e bairros históricos revitalizados tornam-se cartões-postais, enquanto as paisagens da pobreza são estigmatizadas e, muitas vezes, tornadas invisíveis no discurso oficial evidenciando o fato de que a paisagem, portanto, não apenas reflete, mas também reforça ideologicamente a estrutura social dominante assim como considera Lefebvre (2006) onde:

O espaço, longe de ser um receptáculo passivo, é ativamente produzido e participa das relações de produção e das forças produtivas, tornando-se, para o Estado e o capital, um instrumento político de importância capital. As representações do espaço — o espaço concebido pelos planejadores e urbanistas — impõem uma ordem de representação dominante, frequentemente sob alegações ideológicas de ordem, racionalidade e beleza, sufocando as diferenças e tornando aceitáveis os processos assimétricos e excludentes que se manifestam na paisagem urbana. (Lefebvre, 2006, 69-70)

A paisagem se torna, assim, um espaço de luta e resistência em que movimentos sociais, ao ocuparem e transformarem áreas degradadas ou ao lutarem pela manutenção de seus espaços tradicionais — como no caso de comunidades quilombolas ou indígenas —, utilizam a própria paisagem como arena para questionar a ordem estabelecida. O surgimento de hortas comunitárias em lotes abandonados ou a arte de rua em muros cinzentos são exemplos de como a paisagem pode ser ressignificada como um ato político de contestação à exclusão.

Em suma, a paisagem é um documento geográfico vivo que traduz, em formas concretas e visíveis, as injustiças sociais tornando-se também o resultado sedimentado de processos históricos e econômicos desiguais, onde a qualidade da moradia, a presença de infraestrutura e o acesso a bens naturais e urbanos demarcam rigidamente a posição social de seus habitantes fazendo com que ler a paisagem criticamente torne-se fundamental para compreender e enfrentar os mecanismos de segregação e a persistência dos contrastes em nossas sociedades contemporâneas.

## 2.4 O ENSINO DE GEOGRAFIA COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO E CONSCIÊNCIA CIDADÃ

O ensino de Geografia transcende a mera memorização de nomes de capitais, rios e montanhas pois se configura como uma poderosa ferramenta para a compreensão do mundo e a formação de uma consciência cidadã crítica considerando que ao estudar o espaço geográfico, o aluno não apenas localiza fenômenos, mas desvenda as complexas interações entre a sociedade e a natureza, percebendo como o território é construído e disputado, abordagem inicial esta que é fundamental para que o estudante comece a se enxergar como um agente ativo dentro da dinâmica espacial em que está inserido assim como considera Cavalcanti em que "O ensino de Geografia não é apenas ensinar um conjunto de conteúdos e temas, mas é, antes de tudo, ensinar um modo específico de pensar, de perceber a realidade." (Cavalcanti, 2010, p. 7)

Sendo assim, a disciplina atua como um agente de transformação ao fornecer as lentes conceituais necessárias para a leitura e interpretação da realidade onde conceitos como lugar, território, paisagem e região permitem desnaturalizar as disparidades sociais e ambientais de forma que ao analisar a distribuição de recursos, a segregação espacial nas cidades ou os impactos da globalização, o estudante é provocado a questionar as estruturas de poder que moldam o espaço e geram desigualdades tornando então esse processo de reflexão crítica como o primeiro passo para a mobilização e a busca por mudanças.

Outro ponto está ligado ao desenvolvimento da consciência cidadã que é intrinsecamente ligado à capacidade de entender a dimensão espacial dos problemas sociais de forma que a Geografia ensina que questões como a crise hídrica, a violência urbana, o desemprego e as mudanças climáticas não são eventos isolados, mas sim manifestações concretas que se materializam em lugares específicos de forma que ao traçar as conexões entre o local e o global, o aluno desenvolve a responsabilidade socioambiental e percebe que suas ações e as políticas públicas têm um impacto direto no espaço vivido por ele e pela coletividade assim como considera Cavalcanti (2012) quando afirma que:

O conhecimento das dimensões que influenciam na formação e transformação do espaço é fundamental para o exercício da cidadania. Mas é necessário que este entendimento seja contextualizado, pois o local, muitas vezes, é resultado de decisões globais. [...] É a partir de uma perspectiva dialética que podemos fazer essa relação, do global, do regional e do local. (Cavalcanti, 2012, p. 86)

Um dos eixos centrais do ensino geográfico contemporâneo é a promoção da diversidade e do respeito às diferenças apontando que o estudo das culturas, das etnias e dos diferentes modos de vida espalhados pelo globo e dentro de um mesmo país contribui para a desconstrução de preconceitos e estereótipos. Ao reconhecer a pluralidade de paisagens e a multiplicidade de territorialidades, o aluno aprende a valorizar as identidades locais e a entender a importância do diálogo intercultural para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Ainda no contexto da educação para a cidadania, a Geografia tem um papel crucial na abordagem das questões ambientais e da sustentabilidade procurando promover uma análise dos ciclos naturais, da degradação dos biomas e dos desafios da gestão de recursos que ensina sobre a finitude dos bens naturais e a necessidade de um desenvolvimento que equilibre as necessidades econômicas, sociais e ambientais. Essa perspectiva forma cidadãos conscientes de seu papel na conservação do planeta e aptos a pressionar por práticas mais sustentáveis em todas as esferas assim como aponta Reigota (2012, p. 13) onde "A Educação Ambiental, assim concebida, deve considerar a análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos."

O uso de tecnologias geográficas, como o mapeamento, o Sistema de Informação Geográfica (SIG) e o sensoriamento remoto, dota o estudante de ferramentas poderosas para a intervenção cívica. Aprender a ler e produzir mapas, por exemplo, não é apenas uma habilidade técnica, mas uma forma de empoderamento, pois permite que o cidadão monitore o uso do solo, visualize a distribuição de serviços públicos ou denuncie injustiças espaciais. A alfabetização cartográfica transforma o aluno de mero espectador em um potencial fiscalizador e propositor de soluções conforme menciona Takahashi (2000):

A alfabetização cartográfica deve ser entendida como um dos instrumentos indispensáveis para a formação da cidadania: formar os indivíduos para aprender a aprender, de modo a serem capazes de lidar positivamente com a contínua e acelerada transformação da base tecnológica (Takahashi, 2000, p. 3).

Em última análise, o ensino de Geografia bem-sucedido molda um indivíduo reflexivo, engajado e cidadão do mundo onde ao integrar o conhecimento sobre a natureza, a sociedade e o espaço, a disciplina capacita o aluno a decifrar a complexidade do seu entorno e a atuar com consciência e responsabilidade em sua comunidade e no cenário global, fazendo da educação geográfica uma pedra angular na construção de um futuro mais equitativo e sustentável.

## 2.5 DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR: A GEOGRAFIA E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

A Geografia se estabelece como uma ciência fundamental na construção do conhecimento, sendo intrinsecamente ligada à realidade espacial e às complexas relações que nela se manifestam. Seu objeto de estudo, que é o espaço geográfico, não se restringe a meras descrições de paisagens ou localizações, mas abrange as interações dinâmicas entre a sociedade e a natureza que exige, por natureza, um diálogo interdisciplinar, pois a compreensão de fenômenos como urbanização, mudanças climáticas, conflitos territoriais ou produção econômica é inviável sem a integração de perspectivas de outras áreas do saber assim como aponta Milton Santos (2004):

O espaço, que é o objeto da Geografia, não é apenas um substrato das relações sociais, não é apenas o teatro onde se desenrola a vida. É, ele próprio, uma instância da sociedade, ao mesmo tempo que a contém e é por ela contido. Por essa razão, a abordagem geográfica, para ser completa, não pode dispensar o diálogo com outras ciências, pois as manifestações espaciais são a síntese de processos econômicos, sociais, culturais e naturais que, juntos, compõem a totalidade. (Santos, 2004, p. 55)

A interdisciplinaridade na Geografia não é uma opção, mas uma necessidade epistemológica pois para decifrar a complexidade do mundo, o geógrafo recorre a conceitos e metodologias de disciplinas vizinhas. A interface com a História, por exemplo, é crucial para entender como o espaço foi moldado ao longo do tempo. Com a Sociologia e a Antropologia, a Geografia examina as dinâmicas sociais, culturais e as relações de poder inscritas no território. Já a colaboração com a Economia é essencial para analisar a organização espacial das atividades produtivas e as desigualdades regionais.

Essa interação se manifesta de maneira particularmente forte na Geografia Física, que se associa diretamente a ciências como a Geologia, a Climatologia, a Hidrologia e a Biologia. O estudo dos sistemas ambientais, dos processos geomorfológicos ou da distribuição da biodiversidade requer o conhecimento aprofundado dessas áreas. A contribuição de modelos e dados matemáticos, estatísticos e das Geotecnologias como o Sensoriamento Remoto e os Sistemas de Informação Geográfica – SIG, demonstra a abertura da ciência geográfica para a integração de ferramentas técnicas e analíticas provenientes da Informática e da Engenharia assim como aponta Mendonça (2001, p. 87) onde "O método especificamente geográfico viria do fato de essa disciplina trabalhar o real em sua complexidade, abordando fenômenos variados, estudados por outras ciências."

O conhecimento geográfico assim construído, através do diálogo, é inerentemente mais robusto e holístico pois ultrapassa a mera soma de informações, gerando uma síntese interpretativa que revela as conexões espaciais entre os fenômenos. Um problema ambiental, por exemplo, é analisado simultaneamente em suas causas naturais, suas implicações sociais e econômicas, e as políticas públicas necessárias para sua mitigação. É essa capacidade de articular diferentes dimensões que confere à Geografia um papel central na análise de questões contemporâneas de grande relevância.

A interdisciplinaridade geográfica também tem um profundo impacto na ação prática e na intervenção no espaço pois no planejamento urbano e regional, o geógrafo atua como um mediador, integrando o conhecimento técnico-científico (engenharia, arquitetura) com a compreensão das dinâmicas sociais (sociologia, direito) e ambientais (biologia, ecologia). A leitura integrada do território permite a proposição de soluções mais sustentáveis e equitativas, que consideram as especificidades locais e as interdependências globais.

Sendo assim, vale considerar o apontamento de Floriani (2011) em que:

Princípios, procedimentos e limitações para a construção interdisciplinar embasam a interpretação das relações com a prática. Por fim, são tecidas considerações acerca da transdisciplinaridade e seus níveis dimensionais, concluindo-se pela relevância de sistemas participativos e democráticos na organização territorial, sustentados pela equidade e justiça social. (Floriani, 2011, p. 2)

Entretanto, o diálogo interdisciplinar exige desafios, como a superação de barreiras conceituais e a criação de uma linguagem comum entre as disciplinas. É preciso que os profissionais de diferentes áreas estejam dispostos a descentralizar seu ponto de vista e a valorizar as contribuições mútuas. O sucesso da construção do conhecimento reside na humildade científica de reconhecer os limites da própria disciplina e a riqueza que advém da troca de saberes e da multiplicidade de olhares assim como aponta Japiassu (1976).

O desafio da interdisciplinaridade consiste exatamente em fazer sair o saber de seu isolamento, de sua rigidez. E mais: o esforço interdisciplinar exige do pesquisador a capacidade e a vontade de transpor permanentemente os limites de seus conhecimentos específicos, interagindo com outros modos de ver o mundo e permitindo a si mesmo colocar em questão as próprias crenças e certezas. (Japiassu, 1976, p. 35)

Em suma, a Geografia se posiciona no centro da construção do conhecimento contemporâneo como uma ciência que conecta e integra e que, ao assumir o diálogo interdisciplinar como método e pressuposto, ela não apenas enriquece a sua própria capacidade de análise, mas também oferece à sociedade uma compreensão mais completa e interligada do mundo, essencial para enfrentar os grandes desafios globais do século XXI e promover um futuro mais consciente em relação ao nosso planeta.

### **3 METODOLOGIA**

O presente trabalho, focado na temática da Desigualdade Socioespacial e na contribuição da Geografia para o seu debate em sala de aula, adota uma abordagem metodológica predominantemente qualitativa, de natureza bibliográfica e exploratória. O objetivo principal é subsidiar o argumento central de que a disciplina de Geografia é o principal vetor para instrumentalizar o aluno com as ferramentas conceituais e analíticas necessárias para uma leitura crítica do espaço. A pesquisa baseia-se na revisão e análise de obras canônicas e contemporâneas da Geografia Crítica e da Sociologia Urbana, buscando estabelecer os fundamentos teóricos que ligam a produção do espaço à reprodução das desigualdades sociais.

Portanto, vale ressaltar o referenciamento de Santos (2004) quando diz que:

A Geografia dispõe de conceitos e de métodos que permitem o entendimento do mundo de hoje. Se o mundo é o conjunto de espaços e de tempos que o formam, a Geografia é a disciplina que pode ajudar a entender esse conjunto, pois ela estuda a face visível do mundo, mas também os processos que o produzem. (Santos, 2004, p. 12).

Os materiais utilizados para a fundamentação conceitual consistiram em um *corpus* de textos acadêmicos que estabelecem a natureza social, política e histórica do Espaço Geográfico, conforme detalhado no Referencial Teórico. Foram consultadas obras de autores como Milton Santos (conceitos de espaço, paisagem e território), David Harvey (análise da produção capitalista do espaço e segregação), Manuel Castells (consumo coletivo e luta urbana) e teóricos da Escola de Chicago, essenciais para a compreensão dos fundamentos da Segregação Socioespacial. A seleção privilegiou textos que abordam a conexão entre as estruturas macroeconômicas e sua materialização na escala local da paisagem urbana.

O método de análise do referencial teórico seguiu uma perspectiva dialética, onde os conceitos geográficos foram examinados em suas contradições e inter-relações. O foco recaiu em desvendar como as categorias de análise — lugar, paisagem, região, território e espaço — atuam não como descrições estáticas, mas como ferramentas para revelar as relações de poder e as lógicas de exclusão que moldam o chão que pisamos. Por exemplo, a paisagem é analisada não apenas por sua morfologia, mas como um registro histórico e simbólico dos contrastes sociais, exigindo uma leitura crítica que vá além do senso comum assim como aponta Santos em que "A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações estabelecidas entre o homem e a natureza. O espaço é a reunião dessas formas, mais a vida que as anima." (Santos, 2004, p. 66).

A segunda etapa metodológica, com foco na contribuição para a sala de aula, empregou a análise documental de currículos e diretrizes pedagógicas da Educação Básica brasileira (como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC). Essa análise visou identificar a pertinência e a aderência da temática da Desigualdade Socioespacial aos objetivos de aprendizagem propostos para o ensino de Geografia, especialmente no que tange à formação da Consciência Cidadã e ao pensamento crítico. A investigação buscou lacunas e oportunidades para uma abordagem mais aprofundada da temática onde a BNCC considera que "A aprendizagem da Geografia deve favorecer o reconhecimento da diversidade e das desigualdades, bem como a análise crítica das relações socioespaciais, contribuindo para a formação de uma consciência cidadã ética e solidária." (Brasil, 2018, p. 360).

Para a elaboração das estratégias didáticas, um dos pilares do artigo, foi adotada a metodologia de pesquisa-ação didática de forma simulada. Isso significa que, com base nos fundamentos teóricos e nas diretrizes curriculares, foram concebidas e estruturadas propostas de ensino que integram o uso de Geotecnologias e o trabalho de campo para tornar o invisível palpável. O enfoque é em métodos ativos, que transformam o estudante em pesquisador do seu próprio espaço conforme citado por Franco em que "A pesquisa-ação, quando assumida na dimensão pedagógica, busca a transformação de saberes e práticas, permitindo que o docente organize situações de ensino que incentivem o estudante a ser sujeito de sua própria aprendizagem." (Franco, 2012, p. 154).

Ainda na vertente de materiais e métodos, a proposição de trabalho de campo visa a aplicação prática do conceito de "leitura da paisagem". O método consiste em guiar os estudantes a observar e registrar, através de fotografias, esboços e notas, os contrastes morfológicos e funcionais do seu entorno. O objetivo é conectar a teoria da segregação e da territorialidade com a experiência empírica, fazendo da paisagem um "documento geográfico vivo".

O Diálogo Interdisciplinar é estabelecido como um método fundamental para a construção do conhecimento sobre a desigualdade onde a análise da temática exige que o professor de Geografia promova a articulação com a História (para entender a gênese das disparidades), a Sociologia (para as relações de classe e poder) e a Economia (para a lógica do mercado imobiliário e do capital). Essa metodologia de articulação conceitual visa proporcionar uma análise mais robusta e holística.

Em termos de validação e impacto, embora o artigo seja teórico-conceitual, o método prevê que a eficácia das propostas didáticas seja avaliada através de sua potencialidade para gerar uma consciência crítica e propositiva. A avaliação não se limita à retenção de conceitos, mas à capacidade do aluno de realizar uma leitura crítica do seu território e de propor intervenções (planos de ação, projetos de melhoria) que visem mitigar as disparidades observadas.

Portanto, o conjunto de materiais e métodos adotados neste trabalho — revisão bibliográfica crítica, análise dialética de conceitos espaciais, análise curricular e proposição de métodos didáticos ativos e tecnológicos — se complementa para fornecer um quadro robusto. O arcabouço metodológico garante que a Geografia cumpra seu papel de Agente de Transformação, capacitando os estudantes a decifrar a complexidade do espaço e a atuar como futuros cidadãos engajados na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados da análise teórica e metodológica confirmam a Geografia como a disciplina essencial e mais intrinsecamente apta para conduzir o debate sobre a desigualdade socioespacial na sala de aula de forma que a discussão se estrutura na premissa de que o espaço geográfico é o palco material e simbólico onde as tensões e contradições sociais se sedimentam, tornando-se o objeto de estudo perfeito para desnaturalizar as disparidades. A paisagem, longe de ser um cenário neutro, revela-se um documento geográfico vivo que, quando lido criticamente, traduz a segregação e a injustiça em formas concretas e visíveis, como o contraste morfológico entre condomínios de luxo e habitações precárias.

A discussão aprofunda-se na revelação de que a segregação socioespacial não é um fenômeno acidental, mas sim o resultado estruturado da interação de processos econômicos, políticos e sociais em que os fundamentos teóricos revisados (Escola de Chicago, David Harvey, Manuel Castells) evidenciam que a lógica do capital e a busca por lucro no setor imobiliário transformam o espaço em mercadoria, valorizando

a terra de forma desigual e, conseqüentemente, empurrando os grupos de baixa renda para áreas de risco e precariedade. A Geografia fornece os conceitos (segregação, valorização do solo) para que o aluno compreenda que a distribuição de pobreza e riqueza é um processo intencional, e não um mero acaso da história.

O impacto didático do estudo geográfico reside na sua capacidade de instrumentalizar o aluno com as categorias de análise necessárias para ir além do senso comum e que a discussão mostra que conceitos como território e territorialidade permitem que a desigualdade seja entendida como uma disputa por poder e controle sobre o espaço, e não apenas como uma falta de recursos. Isso é crucial para que o estudante perceba a dimensão política do problema, compreendendo que a ausência de saneamento básico em uma periferia é a materialização da negação de um direito territorial e da marginalização na tomada de decisões.

A análise do papel da paisagem como reveladora dos contrastes sociais atua como um resultado central e prático para o ensino e que a justaposição de infraestrutura de qualidade (ruas pavimentadas, saneamento) em áreas nobres *versus* a precariedade (esgoto a céu aberto, transporte insuficiente) em áreas periféricas torna-se a prova material e empírica da desigualdade. A discussão pedagógica se concentra em transformar essa leitura da paisagem em uma ferramenta de campo, onde o aluno é incentivado a observar, registrar e mapear as disparidades, conectando a teoria da Segregação Socioespacial diretamente à sua experiência de vida.

A discussão sobre o Diálogo Interdisciplinar reforça a robustez da Geografia como ciência integradora considerando que o resultado é que a compreensão holística da desigualdade socioespacial é inviável sem a articulação conceitual com a História (gênese das disparidades), a Sociologia (relações de classe e poder) e a Economia (lógica do mercado imobiliário). Essa metodologia de articulação garante que o aluno não caia na simplificação, mas compreenda o fenômeno como um produto complexo e multicausal, preparando-o para uma análise social completa.

Considera-se que o aprofundamento da temática no currículo de Geografia é uma necessidade pedagógica e política e que os resultados indicam que, ao equipar o aluno com as ferramentas conceituais do espaço, a disciplina rompe a inércia do senso comum e promove o questionamento das estruturas que mantêm a injustiça social. A luta contra a desigualdade é, fundamentalmente, uma luta pelo direito à cidade e ao território, e a Geografia é o catalisador que transforma essa luta em conteúdo de ensino e em motor para a ação transformadora.

A discussão aponta para a importância de que o ensino não se restrinja à descrição das disparidades, mas que culmine na promoção de uma consciência propositiva em que o futuro cidadão, formado com essa visão espacial crítica, está apto a intervir no seu entorno, buscando a construção de cidades mais justas e inclusivas. A Geografia, ao diagnosticar a geografia da vulnerabilidade, deve apontar caminhos para a reorientação do uso do território para o bem-estar coletivo, e não apenas para a acumulação de capital.

Em suma, a incorporação sistemática e crítica da desigualdade socioespacial, conduzida pela Geografia, resulta na formação de agentes de mudança e que a eficácia da proposta reside na sua potencialidade para capacitar o estudante a realizar uma leitura crítica do seu território e a propor intervenções que visem mitigar as disparidades observadas, fazendo da sala de aula um laboratório de cidadania capaz de formar indivíduos reflexivos e engajados com a redução das chagas sociais em seu local e no mundo.

## 5 CONCLUSÃO

As reflexões e análises conduzidas ao longo deste estudo confirmam a tese central de que a Geografia é a disciplina mais intrinsecamente apta e essencial para mediar o debate sobre a desigualdade socioespacial no ambiente educacional. O espaço geográfico, em sua complexidade de ser um palco de interações entre sociedade e natureza e um produto social, histórico e político, revela-se o objeto de estudo ideal para desnaturalizar as disparidades e equipar os estudantes com as ferramentas conceituais necessárias para uma leitura crítica da realidade. A capacidade da disciplina de integrar as escalas (do local ao global) e de articular os fundamentos teóricos da segregação, da lógica do capital e das relações de poder, é a sua maior contribuição.

A incorporação profunda da temática da desigualdade socioespacial no currículo de Geografia, portanto, transcende uma atualização curricular; ela se estabelece como uma necessidade pedagógica e política premente. O ensino, quando bem-sucedido, capacita o aluno a ir além do senso comum, promovendo uma leitura que questiona as estruturas que perpetuam a exclusão e a vulnerabilidade. Esse processo é o alicerce para a formação de uma consciência crítica e propositiva, transformando o estudante de mero espectador em um agente de transformação.

O ensino de Geografia, ao focar na desigualdade, assume o papel de Agente de Transformação e Consciência Cidadã ensinando que o acesso à cidade, ao saneamento e à qualidade de vida é um direito territorial e não um privilégio. Ao desenvolver a capacidade de leitura do espaço, a disciplina incute a responsabilidade socioambiental e a necessidade de lutar por um planejamento territorial mais equitativo, onde o bem-estar coletivo se sobreponha à lógica da acumulação de capital.

Em última análise, a relevância do debate da desigualdade na sala de aula reside em sua capacidade de conectar o conhecimento abstrato à experiência empírica do aluno contribuindo com o trabalho de campo e a leitura da paisagem que unem a teoria da segregação com a realidade cotidiana das 'fronteiras' sociais visíveis no entorno. Essa conexão é o que impulsiona o engajamento, pois o aluno percebe que o objeto de estudo geográfico — o espaço — é o seu próprio local de vida, de luta e de possibilidades.

Portanto, o desafio da escola e do professor de Geografia é abraçar essa responsabilidade, garantindo que a disciplina seja ensinada não como um repositório de fatos, mas como uma ciência crítica voltada para

a promoção da justiça social espacial onde é fundamental que o currículo promova a análise de temas como o direito à moradia, a justiça ambiental e a mobilidade urbana, transformando a sala de aula em um laboratório de cidadania ativa.

A persistência das chagas sociais, como a polarização urbana e a marginalização das populações vulneráveis, torna o debate da desigualdade socioespacial um imperativo moral e político. O conhecimento geográfico é o catalisador que transforma a indignação frente à injustiça em proposta de ação concreta. Ao formar cidadãos capazes de intervir no espaço para mitigar as disparidades, a educação geográfica cumpre sua mais alta finalidade.

Em conclusão, ao posicionar a Geografia no centro da discussão sobre a desigualdade socioespacial, reafirmamos o papel da escola como o principal locus de formação cívica para um futuro mais justo e inclusivo e intensificamos a luta por um território mais equitativo que é, essencial pela luta por uma sociedade mais justa. O ensino de Geografia não apenas diagnostica os problemas, mas aponta os caminhos para a utopia possível de cidades e regiões onde o acesso à riqueza espacial seja um direito universal, finalizando o ciclo de conhecimento com o engajamento transformador.

## REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, T. A. e Faria, J. R. V. de. **Distribuição de investimentos públicos, infraestrutura urbana e desigualdade socioespacial em Curitiba**. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 23 de dezembro de 2025.
- BURGESS, Ernest W. *The Growth of the City: An Introduction to a Research Project*. In: PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W.; MCKENZIE, Roderick D. *The City*. Chicago: The University of Chicago Press, 1925.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a formação para a cidadania**. In: PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. (orgs.). *Para ensinar e aprender Geografia*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- \_\_\_\_\_. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- FLORIANI, Dimas. **Princípios e Limitações da Interdisciplinaridade no Planejamento do Território**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.
- FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. **Segregação racial em São Paulo: residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI**. São Paulo: Blucher, 2022.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pesquisa-ação pedagógica: elementos para sua compreensão.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo: A Acumulação por Espoliação.** São Paulo: Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço.** Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005

\_\_\_\_\_. **Os Limites do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2014.

JAPIASSU, Hilton Ferreira. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço.** Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.

MENDONÇA, Francisco de Assis. **Geografia Física: Ciência Humana?** São Paulo: Contexto, 2001.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SANTOS, Maria Eduarda C.; RIBEIRO, Wagner C.; CUNHA, Luciana J. C. **Injustiça ambiental e desastres: o caso de desastres induzidos por chuvas no Brasil.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 19, n. 1, p. 117-133, jan./abr. 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL EM FOCO: COMO A GEOGRAFIA PODE CONTRIBUIR PARA O DEBATE NA  
SALA DE AULA

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.